



BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Claudionor Rocha
Consultor Legislativo da Área XVII
Segurança Pública e Defesa Nacional

ESTUDO TÉCNICO

NOVEMBRO/2016



© 2016 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA	6
3. BOAS PRÁTICAS NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL	11
3.1 Programa Pacto pela Vida – Pernambuco	11
3.2 Programa Estado Presente – Em defesa da vida – Espírito Santo	13
3.3 Boas práticas no Estado de São Paulo	14
3.4 Programa Paraná Seguro	18
4. BOAS PRÁTICAS NOS MUNICÍPIOS	25
4.1 Município de Assis	26
4.2 Município de Bauru	26
4.3 Município de Diadema.....	26
4.4 Município de Marília	31
4.5 Município de São Paulo.....	33
4.6 Município de Sorocaba.....	35
5. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

Segurança pública é um conceito ainda não devidamente sedimentado no Brasil, embora a temática persista atual e geralmente carregada de certa dose de polêmica. Decorridos quase trinta anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CF/1988), suspeita-se que a Carta Magna, ao manter a estrutura então existente, não logrou resolver os problemas atinentes ao tema, não obstante haver definido os pressupostos da atuação nessa área, em termos dos órgãos que são por ela responsáveis e suas respectivas competências. Não chegou, porém, a definir com precisão o que significa segurança pública nem prover-lhe os instrumentos de atuação conforme o pretendido epíteto de ‘cidadã’, que perpassa a pretensa égide constituinte.

A diversas variáveis podem ser imputadas a falência da segurança pública no País, dentre as quais a vertente criminogênica que acompanha o progresso tecnológico, as mudanças sociais havidas a partir da metade do século XX, além da ineficiência das instâncias de poder que pudessem tornar exequíveis as formulações propositivas da Carta.

Outros fatores podem contribuir para o estado de coisas atual, como a incorporação no ordenamento jurídico pátrio, de institutos que repercutem a teoria criminal correcionalista, como, por exemplo, a progressão de regime na execução penal, que tornaria a impunidade decorrente o fermento para as decisões egocêntricas que suplantam o sentimento de fraternidade desejado, no íntimo, pelo corpo social.¹

Ao se consolidar um padrão de atuação estatal fragmentário e ineficaz, não obstante a busca de adoção de um modelo de atuação em que esteja presente o conceito de segurança cidadã, é fora de dúvida, também, que o tão festejado pacto federativo implícito no art. 18 da CF/1988, que garante autonomia aos entes federados, dificulta a desejável prevalência do princípio da solidariedade federativa insculpido no art. 241 do texto magno. No mais das vezes, o ‘pacto

¹ A chamada Escola Correcionalista surgiu na Alemanha, em 1839, e teve campo fértil na Espanha. Fundamenta-se no enfoque da correção do delinquente como fim único e exclusivo de pena.

federativo' é invocado para tornar as responsabilidades difusas ou, quando muito, adiar ações efetivas.

Essa realidade ensejou o surgimento de legislações repressivas cada vez mais severas, as quais, na medida em que funcionem como mecanismo de prevenção geral, visam a garantir a aplicação de políticas públicas de controle social estrito. Daí surgem políticas oportunistas de feitio conservador ou reacionário, geralmente apoiadas por parcela considerável da sociedade, que se tornam medidas preferenciais entre os formuladores de políticas públicas de controle social repressivo (GARLAND, 2008, p. 57).

Assim, diversas ondas surgiram, na esteira da 'guerra contra o crime' (*war against crime*), da 'guerra contra as drogas' (*war on drugs*), do modelo de 'lei e ordem' (*law and order*), da premissa de que 'a prisão funciona', da regra '*three strikes and you're out*', do 'rigor nas sentenças', da 'redução da maioria penal' e das práticas de policiamento conhecidas como 'tolerância zero' (*zero tolerance*) e janelas quebradas (*broken windows*), a maioria teorizadas por acadêmicos dos Estados Unidos e capitaneadas por seus gestores.² Tais políticas, contudo, não obstante a existência de várias teorias criminológicas surgidas nesse período, que buscam explicar a etiologia do crime, atenuar a lógica da ideologia da defesa social (BARATTA, 2002) e reduzir o impacto das ações de empoderamento repressor na aplicação da lei (*law enforcement*), acabaram por gerar um incremento sem precedentes do encarceramento.

O encarceramento em massa, porém, parece não funcionar como se esperava, visto que o Brasil detém a terceira maior população carcerária do mundo, mas ostenta uma das maiores taxas de criminalidade, que supera de longe os países onde há mais prisioneiros.

² A expressão '*three strikes and you're out*' alude a um dos momentos mais emocionantes do beisebol, no qual o rebatedor de um time é eliminado se o arremessador (*pitcher*) do time adversário consegue contabilizar três *strikes* (arremesso de bola do *pitcher* para o *catcher* em condições de ser rebatida sem, porém, que o seja). Em âmbito penal, utilizou-se a metáfora para batizar a lei aprovada com pioneirismo pelo estado da Califórnia, em 1994, segundo a qual a terceira condenação (cada qual equiparada a um *strike*), dependendo do crime, pode gerar prisão perpétua automática (GARLAND, 2008, p. 85. Nota 25, do tradutor).

Dessas incursões iniciais pode-se sugerir que o foco deva ser a redução dos índices de criminalidade em si uma das vertentes preferenciais para a resolução dos problemas da insegurança. Buscar-se-á, neste trabalho, portanto, apontar as chamadas boas práticas no âmbito da segurança pública, visando a atingir tal desiderato. A expressão 'segurança pública' exige, porém, melhor definição, a ser discutida no próximo tópico.

2. CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA

No dizer de Lazzarini (2003), que reconhece a vagueza dos conceitos, **segurança pública** seria uma das causas da ordem pública, assim como a **tranquilidade pública** e a **salubridade pública** (LAZZARINI, 2003, p. 80). **Ordem pública**, por sua vez, abarca a ordem administrativa em geral, podendo compreender a ordem pública propriamente dita, a saúde, a segurança, a moralidade e a tranquilidade públicas, assim como a boa-fé nos negócios.³

Restringindo o conceito, o autor associa segurança pública ao estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelas normas penais, com ações de polícia preventiva ou de repressão imediata, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

Essa visão da segurança pública integra-se com o de segurança interna, no aspecto de preservação da ordem pública, em oposição à segurança interna territorial, assim como a segurança externa, cuja responsabilidade toca às Forças Armadas.

Buscamos em outros autores, como Espírito Santo e Meireles (*circa* 2003), subsídios para embasar a análise da adequação da expressão 'segurança pública' para significar a proteção da sociedade. Os autores enfocam um **sistema de**

³ KNAPP, Blaise. *Précis de droit administratif*, Suíça: Editions Helbing & Lichtenhahn, Bâle et Francfort-sur-le-Main, 1980, p. 20 (*apud* LAZZARINI, 2003, p. 80).

desenvolvimento social a dirigir um **sistema de proteção social**, no âmbito da sociedade civil, ao lado de um **sistema de desenvolvimento nacional**, o qual, em conjunto com o equivalente **sistema de proteção nacional** estaria vinculado à sociedade política. No sistema de proteção social estaria subentendida a **segurança pública** que, no dizer dos autores, à falta de uma conceituação em nível constitucional, dá margem a elucubrações em duas vertentes: a que busca incluir no conceito todo tipo de defesa ou garantia contra ameaças e a que admite tão-somente a defesa contra a ameaça do crime e da contravenção penal, a que chamam de ‘defesa anti-infracional’ (ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, *circa* 2003, p. 37).

Segundo Figueiredo, *apud* Espírito Santo e Meireles, segurança pública é uma garantia, ideia na qual estão implícitos valor (aquilo que é garantido), quem garante (autor da garantia), contra quem ou o que se garante (perigo) e com o que se garante (fator da garantia).⁴

Na opinião dos autores, a concepção de Lazzarini, contrastando a noção de ordem pública e assumindo o conceito reducionista de segurança pública, faz com que “graves problemas sociais, tais como o desemprego, a pobreza, a ausência de infraestrutura, o uso e a ocupação do solo, e, em geral, as desigualdades no acesso aos recursos sociais” não sejam considerados “problemas de ordem pública” e não entrem “na acepção dominante do conceito de *innere Sicherheit*” [segurança interna ou segurança pública, na doutrina alemã] (Baratta *apud* Sabadell, *in* ESPÍRITO SANTO e MEIRELES, *circa* 2003, p. 38).

Nessa óptica, a segurança pública não é “exercida” por aqueles órgãos mencionados no art. 144, mas por eles deve ser “garantida”, pois segurança pública não é uma função, mas um estado, uma situação. Fica mais fácil a compreensão acerca da responsabilidade mútua de todos pela segurança pública, conforme disposto no *caput*, quando ela é vista como uma situação e não como uma função.

⁴ FIGUEIREDO, Diogo. “Direito Administrativo da Segurança Pública”, in *Direito Administrativo da Ordem Pública*. Rio de Janeiro: Forense, 1986, *apud* ESPÍRITO SANTO & MEIRELES, *circa* 2003, p. 37.

Da mesma forma, se torna mais compreensível a dificuldade de se resolver os problemas da segurança pública, que não se limita à atuação dos chamados “órgãos de segurança pública”, mas perpassa todos os problemas citados pelos autores.

Nesse passo, há, portanto, uma compreensão tumultuária com respeito às políticas públicas de segurança em comparação com as políticas de segurança pública. É que, na lição de Filocre (2010), aquelas têm um alcance maior e sua execução se dá pela atuação de vários segmentos do poder público, enquanto esta se processa mediante atuação dos órgãos de segurança pública propriamente ditos.

Esse mesmo autor diferencia o significado de segurança pública segundo o sentido material ou descritivo e segundo o sentido formal ou normativo. No primeiro caso, citando Silva, entende que a expressão equivale a um setor da administração, integrado por instituições, seus agentes e respectivas ações; no segundo, um corpus de conhecimento, fundado em princípios, normas e valores.

Para Silva (s/d), *apud* Filocre (2010),

Na teoria jurídica a palavra ‘segurança’ assume o sentido de garantia, proteção, estabilidade de situação ou pessoa em vários campos, dependente do objetivo que a qualifica. **‘Segurança jurídica’** consiste na garantia de estabilidade de certeza dos negócios jurídicos, de sorte que as pessoas saibam de antemão que, uma vez envolvidas em determinada relação jurídica, esta se mantém estável, mesmo se modificar a base legal sob a qual se estabeleceu. **‘Segurança social’** significa a previsão de vários meios que garantam aos indivíduos e suas famílias condições sociais dignas; tais meios revelam basicamente como conjunto de direitos sociais.

A Constituição, nesse sentido, preferiu o espanholismo seguridade social. **‘Segurança nacional’** refere-se às condições básicas de defesa do Estado (SILVA, s/d, p. 5).⁵ [sem destaque no original]

Já no dizer de Câmara (2003), citado por Filocre (2010), a defesa social, que é do Estado e das garantias constitucionais, ocorre em três vertentes: a)

⁵ SILVA, Jorge da. *Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, *apud* FILOCRE, 2010.

garantia dos direitos individuais e coletivos; b) segurança pública; c) enfrentamento de calamidades.⁶ Para o autor, as instituições responsáveis pela atividade de segurança pública atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos antissociais.

É o mesmo sentido da busca do estado antidelitual, mencionado por Cretella Júnior (1998) e que Espírito Santo e Meireles denominam de defesa anti-infracional.⁷

Ainda segundo Filocre (2010), há uma sociedade perfeita utópica, onde a liberdade é absoluta e a convivência ótima; uma sociedade imperfeita, onde a liberdade é inexistente e a convivência impossível; e uma sociedade real, com a liberdade e a convivência possíveis. A busca de um equilíbrio dinâmico leva a uma desejável 'zona de estabilidade', na qual interagem o crime e as forças de segurança e da qual não é recomendado sair, sob pena de recrudescimento da criminalidade, ora por parte dos delinquentes, ora em decorrência da ação das forças legais, tendendo para uma zona de desordem (FILOCRE, 2010, p. 41-51, *passim*).

A atuação do Estado na segurança pública pode ser direta ou indireta. Na direta principal, pode dar-se pela atuação policial, pela política criminal e pelo sistema penitenciário; na direta lateral, pela atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público. Já a atuação indireta se dá por direção, mediante a autorização e fiscalização da atividade de segurança privada; por indução, mediante as políticas públicas para a segurança, as de cunho assistencial de natureza socioeconômica ou socioeducativa; e por mobilização, por meio de uma política social participativa (FILOCRE, 2010, pp. 102-103).

Outro conceito interessante é o da Escola Superior de Guerra (ESG), estabelecimento vinculado ao Ministério da Defesa, para o qual "segurança é uma necessidade, uma aspiração e um direito inalienável do ser humano" (BRASIL, 2009, p. 58). Eis o conceito de **segurança**, em sentido amplo: "sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra

⁶ CÂMARA, Paulo Sette. Defesa social e segurança pública. *In*: LEAL, César Barros; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (coord.). **A violência multifacetada**: estudos sobre a violência e a segurança pública. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

⁷ CRETILLA JÚNIOR, José. (Coord.) **Direito administrativo da ordem pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, *apud* FILOCRE, 2010, p. 21.

ameaças de qualquer natureza”. Já **defesa**, segundo o manual, “é um ato ou conjunto de atos realizados para obter ou resguardar as condições que proporcionam a sensação de segurança”, concluindo que segurança é sensação, ao passo que defesa é ação.

Classificando os níveis de segurança nos âmbitos individual, comunitário, nacional e coletivo, o manual da ESG passa a conceituar ordem pública, segurança pública e defesa pública, nos seguintes termos:

“**Ordem pública** é a situação de tranqüilidade e normalidade cuja preservação cabe ao Estado, às instituições e aos membros da sociedade, consoante as normas jurídicas legalmente estabelecidas”.

“**Segurança pública** é a garantia da manutenção da ordem pública, mediante a aplicação do poder de polícia, prerrogativa do Estado”.

“**Defesa pública** é o conjunto de medidas, atitudes e ações, coordenadas pelo Estado, mediante aplicação do poder de polícia, para superar ameaças específicas à ordem pública”. [sem destaques no original]

Entendemos que segurança pública deve ser vista como uma situação desejável e não uma função. Dessa noção resulta que os atuais chamados órgãos de segurança pública são órgãos de execução da defesa social, normalmente incluídos na denominação genérica de “polícia”, que atuam, entre outros órgãos, para a proteção integral da população, visando à segurança pública. Esses órgãos possuem e utilizam a força, em nome do Estado, na vertente de ação de segurança pública nos termos apropriados pela CF/1988, isto é, como segmento inicial do sistema de persecução criminal.

Passaremos a analisar, a seguir, programas e ações consideradas no âmbito das boas práticas, primeiramente as de nível regional (Estados e Distrito Federal) e, depois, as de nível local (Municípios).

3. BOAS PRÁTICAS NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL

3.1 Programa Pacto pela Vida – Pernambuco

O Programa Pacto pela Vida (PPV), conduzido em Pernambuco pelo Governo Eduardo Campos entre janeiro de 2007 e junho de 2013, é tido como um dos mais exitosos no sentido de reduzir a violência e a insegurança.⁸

Analisando especificamente referido programa, Ratton, Galvão e Fernandez (2014) informam que o programa contribuiu de maneira central para uma notável redução no número de homicídios em Pernambuco. Segundo os autores, o Estado de Pernambuco, segundo mais populoso do Nordeste⁹, apresentou uma taxa média de homicídios por cem mil habitantes de 50,4 entre 2000 e 2011, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Essa média reduziu-se de 54,13 entre 2000 e 2005 para 46,67, entre 2006 e 2011, com redução de 26,26% entre 2007 e 2011, média de 5,25% ao ano (INFOPOL 2014).¹⁰

O sucesso do programa pode ser imputado, em grande medida, pela decisão ou vontade política do Chefe do Executivo de eleger a segurança pública como prioridade em sua gestão, com a criação de uma Assessoria Especial para a área de Segurança Pública, a contratação de um pesquisador com experiência na área de segurança e a adoção de reformas institucionais nas polícias, como a modificação dos critérios de promoção.

As primeiras tarefas da assessoria foi a realização de um diagnóstico sobre a violência e um Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE 2007), a partir dos debates ocorridos no Fórum Estadual de Segurança Pública. O Fórum Estadual de Segurança Pública foi o espaço criado para debate com e escuta da sociedade civil e teve dois momentos: as câmaras técnicas e a plenária (Pernambuco 2010). A seguir foram realizadas câmaras técnicas, organizadas por temática, que geraram mais de cem projetos de intervenção oriundos das discussões envolvendo especialistas,

⁸ Análise do programa também disponível em Pereira (2014).

⁹ Pernambuco tem 8.796.032 habitantes, segundo dados do Censo de 2010 (IBGE, 2011) [Nota de rodapé nº 5 no original].

¹⁰ INFOPOL 2014. Disponível em: <www.pactopelavida.pe.gov.br>. Constante da referência no original.

acadêmicos, militantes da sociedade civil e gestores públicos federais, estaduais e municipais.

Foi dada prioridade ao combate aos crimes violentos letais intencionais (CVLI) e a meta de reduzir em 12% ao ano, em Pernambuco, a taxa de CVLI. Foi fortalecida a Gerência de Análise Criminal e Estatística, da Secretaria de Defesa Social, mediante acompanhamento dos Boletins Trimestrais de Conjuntura Criminal.

Importante catalizador das iniciativas foi o Comitê Gestor do PPV, que propôs várias medidas, como: 1) Criação de uma carreira de gestor estadual e a realização de concursos para preencher essas vagas. 2) Elaboração de protocolos e procedimentos obrigatórios de ação integrada entre as polícias e indicadores de resultado semanais, para cada uma das 26 áreas integradas de segurança em Pernambuco. 3) Territorialização do trabalho policial com a incorporação da divisão do estado em áreas integradas pelo núcleo estratégico de gestão da política pública. 4) A territorialização trouxe avanços também na identificação das configurações de homicídios, e, portanto, na identificação das causas das mortes violentas, que não possuem o mesmo padrão em todo estado, variando entre áreas integradas. 5) O Fortalecimento do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, do ponto de vista dos recursos materiais e humanos, e a criação de equipes de CVLI permitiu o aumento da capacidade de investigação de CVLI's do estado. 6) Criação de gratificações e estímulos para os policiais que atingirem a meta nas áreas sob sua responsabilidade. 7) Promoção da articulação entre as agências do Sistema de Justiça Criminal, por meio de uma câmara técnica específica. O que permitiu o ajuste dos tempos das Polícias com os do Ministério Público, da Defensoria e do Poder Judiciário.

Outros fatores que podem ter contribuído para o sucesso do PPV foi o envolvimento pessoal do governador, que participava pessoalmente de reuniões mensais, a realização de audiências públicas, além da adoção dos critérios de prestação de contas e avaliação periódica do programa. As qualidades do PPV que apontam tendências a serem seguidas por programas similares, segundo os autores, foi a existência de ações coordenadas, transversais e planejadas, a continuidade no

tempo e no espaço e o monitoramento por meio do estabelecimento de prioridades, de metas e de mecanismos de gestão.

Infelizmente o PPV foi interrompido pelo governo seguinte, o que recomenda que políticas, programas e ações voltados para a segurança pública, assim como para outras políticas públicas, necessitam de continuidade, tornando-se políticas de Estado e não apenas de governo.

3.2 Programa Estado Presente – Em defesa da vida – Espírito Santo

Outro programa tido como exemplar, inspirado no de Pernambuco, foi levado a efeito durante o Governo Renato Casagrande, de 2011 a 2014, com o envolvimento pessoal do chefe do Executivo.

Baseamo-nos para esta análise na publicação da Fundação João Mangabeira (2015), que analisou o programa. Segundo a publicação, no período considerado o Estado passou da segunda para a oitava posição dentre aqueles com maiores taxas de homicídio.

A premissa que conduziu o programa foi a ideia contida em seu nome, a presença do Estado. Assim, ao lado das ‘políticas de segurança pública’, enfocaram-se as ‘políticas públicas de segurança’ e ações sociais destinadas às populações carentes, especialmente das periferias da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), integradas pela capital e as cidades de Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.

Enfim, a criação de uma Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (Seae) possibilitou a concentração de ações em dois pilares essenciais, a ‘proteção policial’ e a ‘proteção social’, baseados em dois eixos estratégicos, o controle da criminalidade e a prevenção da violência.

Outros fatores de sucesso podem ser imputados às iniciativas de valorizar, modernizar e integrar as polícias, além de envolver outras agências do sistema de justiça criminal no processo de pacificação social. No âmbito policial, as estratégias de intervenção consideraram a territorialização e a previsão de mecanismos de controle, indicadores estratégicos e metas específicas.

A abordagem integral dos segmentos societários considerou os níveis comunitário, individual e juvenil. A recuperação de áreas deterioradas foi associada à

qualificação profissional, oferta de microcrédito e a simplificação da inserção dos empreendedores no mercado profissional. Programas de atendimento especial nas áreas de educação, saúde, habitação, lazer, esporte e turismo, além de outras iniciativas, como os programas para reintegração dos egressos do sistema prisional, congregavam as comunidades mais sujeitas aos efeitos da violência, como medidas preventivas à influência da criminalidade.

3.3 Boas práticas no Estado de São Paulo

Diferentemente dos Estados de Pernambuco e Espírito Santo, outras Unidades da Federação não implementaram programas tão ambiciosos quanto ao alcance, duração e abrangência. No caso do Estado de São Paulo, localizamos algumas iniciativas no sítio da internet 'Observatório de Segurança Pública', que se dedica a difundir as boas práticas no Estado.¹¹ A seguir, listamos essas iniciativas, com ligeira explicação de seu escopo.

- **Cartilha ensina promotores a controlar investigação policial** – A iniciativa faz parte de campanha da cúpula dos Ministérios Públicos Estaduais do Estado. Pelo documento, os promotores deverão buscar acesso irrestrito a todas as ocorrências registradas e materiais apreendidos. Mencionando matéria de Rogério Pagnan e André Caramante, no jornal Folha de São Paulo, de 26/02/2010, o sítio informa que a cúpula dos Ministérios Públicos Estaduais iniciou uma campanha nacional para tentar assumir o controle de todas as investigações feitas pelas polícias civis.

- **Centro de Integração da Cidadania (CIC)** – O problema que o Projeto visa enfrentar é a ausência do Estado e a dificuldade de acesso aos serviços públicos e à Justiça na periferia dos centros urbanos. Por meio de postos fixos, localizados em seis polos regionais da capital e nos Municípios de Ferraz de Vasconcelos e Francisco Morato. O CIC tem como objetivo prestar serviço público de qualidade à população da cidade de São Paulo; prevenção do conflito em sua origem, a garantia do acesso à Justiça, a promoção de inclusão social, a criação de uma

¹¹ Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/boas+praticas/exemplos>>. Acesso em: 31 out. 2016.

referência no atendimento público no campo sócio-jurídico e o estímulo à participação solidária da comunidade no atendimento ao público, o centro de Integração leva a algumas regiões mais carentes de São Paulo alguns serviços públicos, de forma gratuita.

- **Tecendo a Liberdade: educação e escola no sistema prisional paulista** – O Censo Penitenciário realizado em 2002 apresenta indicadores da área de educação que impõem ações rigorosas para a alteração deste quadro. Os dados indicam que o sistema penitenciário paulista compreende 120.000 cidadãos presos, distribuídos em 118 unidades prisionais, sendo que 4% são analfabetos, 74% não possuem ensino fundamental completo e 8% não possuem ensino médio completo. A rede de educação do sistema prisional paulista é traduzida pelo atendimento em 83 unidades penais, com 55 monitores contratados em regime celetista, 154 estagiários e 174 monitores presos, atendendo aproximadamente 14.000 educandos (1.800 dos quais em cursos de preparação para os exames supletivos do ensino médio).

- **Interiorização das centrais de penas e medidas alternativas** – As práticas criminosas consideradas de baixo e médio potencial ofensivo guardam características específicas e necessitam de um manejo diferenciado do Estado e da sociedade civil organizada para que possam se configurar como efetivo exercício de controle social. Para tais condutas, o Estado impõe um tratamento penal alternativo se o autor do fato não representar risco ou perigo à sociedade. As Regras de Tóquio, aprovadas pelas Nações Unidas, recomendam que as sanções penais alternativas devem se constituir num processo realmente integrador do apenado na sociedade, mantendo-o vinculado aos seus laços familiares e ao seu cotidiano. Nessa perspectiva, as alternativas penais à prisão não podem ser executadas separadamente do contexto social, econômico e político em que se encontra inscrito o apenado. Assim, a Secretaria da Administração Penitenciária vem, desde 1997 desenvolvendo o Programa Integrado de Prestação de Serviços à Comunidade, através das Centrais.

- **Protocolo de ações integradas em atendimento à vítima de violências sexual (PAI)** – A integração entre segurança pública, saúde e sociedade civil propicia o aumento do número de registros de casos de violência sexual atendidos

na área de saúde, permitindo a prevenção de sequelas físicas e psicológicas nesses indivíduos. Igualmente propicia revelar a enorme demanda oculta de crianças vitimizadas a qual, sem esse Protocolo, não teria sido revelada nem tais crianças teriam sido tratadas tanto física quanto emocionalmente. O aumento da proporção de identificações dos agressores permitiu conhecer suas sorologias anti-HIV e, conseqüentemente, reduzir a administração da quimioprofilaxia anti-retroviral para as vítimas. O exame de Corpo de Delito sendo realizado em todos os casos havidos não só oferece dados mais confiáveis para diagnósticos epidemiológicos como também preserva a prova pericial. O banco de dados criado com as informações contidas na Ficha de Notificação do Atendimento Imediato à Pessoa em Situação de Violência Sexual maximiza as ações policiais, tanto investigatórias quanto preventivas.

- **Somos Parceiros** – O projeto Somos Parceiros, teve início em 2002, quando o Governo do Estado de São Paulo implantou a Ronda Escolar. O objetivo era trazer mais segurança para as escolas. Visa a atender às escolas onde haja concentração de adolescentes que, não fazendo parte da unidade escolar, aglomeram-se na porta formando gangues, consumindo drogas e traficando em pleno horário de entrada dos alunos, às 7h00. Para coibir brigas, depredações, pichações, agressividade dos alunos dentro e fora da escola, além de adolescentes provenientes de outras unidades escolares pulando o muro, o que gerava inquietude nos alunos, desenvolveram-se atividades de autoestima, resgate de valores e lições de cidadania, responsabilidade, participação, respeito e compromisso.

- **Sistema de coleta de dados criminais** – O principal motivo que desencadeou a realização do projeto foi a falta de um instrumento digital que pudesse auxiliar na elaboração de um planejamento estratégico na batalha contra o crime. Havia a necessidade de se conhecer em quais locais determinados tipos de crime aconteciam com mais frequência, como ocorriam e quais meios eram utilizados para a prática delituosa. Com essas informações coletadas tanto a investigação como o policiamento preventivo e ostensivo teriam como definir com maior precisão o foco de suas operações, potencializando o resultado final. O sistema permitiu gerar informações de forma rápida e segura para os órgãos públicos, privados e de

imprensa, além da população em geral, como orientações e localização de documentos.

- **Centro Nacional de Formação Comunitária (Cenafoco)** – O problema da violência nas capitais brasileiras, tendo como principal vítima o jovem, apresenta dados alarmantes e que se intensificam nas camadas de baixa renda, mais vulneráveis e em constante situação de risco social. A formação de lideranças jovens em microáreas extremamente pobres das grandes metrópoles, como empreendedores sociais, é uma forma de incrementar o grau de participação e de poder das populações mais atingidas pela violência urbana, inclusive afastando essas lideranças potenciais ou instituídas da ação direta dessa violência. O empreendedor social é um agente de desenvolvimento social capaz de sensibilizar e mobilizar outros atores locais na busca de alternativas criativas de inclusão e sustentabilidade.

- **Delegacia de Polícia Participativa e o Núcleo de Apoio (NAJAPS)** – Problemas sociais, psicológicos e jurídicos cíveis, ou seja, questões não criminais que eram abordados incorretamente pois fogem do objetivo de exercício de atividades de Polícia Judiciária, Administrativa e Preventiva Especializada, fazendo com que os policiais exercessem outras atividades, e não a sua atribuição específica. As Delegacias de Polícia Participativas operacionalizam seus serviços com atendimento uniforme, para: Padronizar o tipo de atendimento prestado; não favorecer pessoas nem manter privilégios; estabelecer relações transparentes entre as delegacias e a população; minimizar situação geradora de conflito e prevenir crime; orientar sobre os recursos oferecidos pela comunidade; aplicar a filosofia de Polícia Comunitária. Diferente das Delegacias convencionais, as DPP permitem que sejam prestados atendimentos, independente da ocorrência ser de natureza criminal ou de cunho social, cuja solução nem sempre é estritamente policial.

- **Trailers da Polícia Militar (Base Comunitária)** – Visam a coibir furtos e roubos de transeuntes. Planejados para empregar de três a 10 policiais militares, os trailers abrangem uma área de atuação com raio de até 600 metros. Nesse espaço os policiais realizam policiamento a pé, podendo contar com cães, ou de bicicleta e motocicleta.

- **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)** – Tem como base o *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), da polícia de Los Angeles, Estados Unidos. Visa a coibir os problemas da violência e das drogas nas escolas e principalmente no meio dos jovens, com noções de cidadania e técnicas de resistência à violência, através da promoção dos valores essenciais a uma vida com qualidade. Geralmente desenvolvido pelas polícias militares e polícias civis, inclusive de outros Estados e do Distrito Federal.

- **Programa Bem-Me-Quer (Sistema Crimes Sexuais)** – Desenvolvido pela Secretaria da Segurança Pública, em parceria com a Secretaria da Saúde, com o objetivo de dar atendimento diferenciado a vítimas de estupro, sedução e outros crimes relacionados a esse tipo de violência, através da integração entre polícia, serviço médico (Hospital Pérola Byington), psicológico e jurídico. Objetiva detectar e evitar possíveis doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, ministrando remédios e vacinas, assistência social, psicológica e jurídica.

- **Programa Universidade Amiga do Policial** – Existem dois paradigmas: um deles é a visão histórica segundo a qual a polícia é tema de segunda classe no rol das políticas sociais e o outro, que o combate da criminalidade é monopólio do Estado e não constitui alvo dos projetos de cidadania empresarial e/ou comunitária. O programa visa a aprimorar o trabalho dos servidores públicos da Secretaria da Segurança Pública (policiais ou não) através do estímulo a sua capacitação e do reconhecimento público da importância da atividade que exercem, e em específico estabelecer um programa de bolsas de estudo integrais e ou parciais para cursos de graduação e/ou pós graduação, beneficiando diretamente os servidores da SSP/SP; e aproximar a Polícia de Instituições de Ensino Superior através da realização de encontros, palestras, seminários e outros eventos com tema vinculado à Polícia destinados aos alunos da instituição e/ou servidores da SSP/SP.

3.4 Programa Paraná Seguro

No Estado do Paraná, foi instituído o 'Programa Paraná Seguro', primeiro do gênero no planejamento específico para a área da segurança pública já

feito na história do Estado.¹² Lançado em 2011, o programa prevê a total reformulação dos investimentos em todas as unidades que compõem a Secretaria da Segurança Pública, o que inclui polícia militar, polícia civil, polícia científica (Instituto Médico-Legal e Instituto de Criminalística) e corpo de bombeiros. Dentre as ações mais significativas, ressaltamos as adiante transcritas.

- **Contratação de policiais** - Em um único ato, o Governo do Estado contratou 3.127 policiais (entre militares, civis e bombeiros), que já estão formados e foram distribuídos para atuarem nas mais diversas regiões do Paraná. Para manter a regularidade nas contratações, outros dois concursos foram feitos: um deles para contratação de mais 5.264 profissionais (4.445 policiais militares e 819 bombeiros) e outro para delegados de polícia (26 vagas de preenchimento imediato mais formação de cadastro reserva). Além de aumentar o efetivo, o Governo do Paraná melhorou a remuneração paga aos profissionais da Segurança Pública. No primeiro semestre de 2012, foi implantado o subsídio salarial, o que colocou o Paraná como o estado brasileiro que tem um dos melhores salários iniciais das polícias Civil e Militar.

- **Recomposição da frota** – O Governo do Paraná adquiriu 1.220 novas viaturas, para as polícias Civil, Militar (além do Corpo de Bombeiros) e Científica (Instituto Médico-Legal e Instituto de Criminalística).

- **Formação de policiais** – Além das técnicas necessárias para o desempenho da função, os cursos de formação das polícias Civil e Militar do Paraná têm ênfase em Direitos Humanos e na aplicação da Polícia Cidadã. Os cursos de formação na Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) têm, em média, cinco meses de duração, aliando teoria (cerca de 60% do total) à prática (aproximadamente 40%). As aulas são ministradas, na sua maioria, por policiais, mas também conta com professores convidados. Entre as aulas práticas estão uso legal de arma de fogo; ação policial; saúde física e acompanhamento velado. Além dos cursos de formação, a ESPC oferta módulos de pós-graduação. A Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) é referência nacional na formação de policiais, sendo uma instituição de

¹² Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>>. Acesso em 30 maio 2016.

ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. Incluindo o estágio operacional, o Curso de Formação de Soldados tem, em média, um ano de formação. Aliado a disciplinas como Técnicas Policiais Militares; Defesa Pessoal; Educação Física; Chefia e Liderança, Técnicas de Abordagens e Tiro Policial, os alunos recebem, durante o curso, módulos como Filosofia de Polícia Comunitária, Direitos Humanos e Estudo do Direito. Já o Curso de Formação de Oficiais tem duração de três anos e mais seis meses, no mínimo, de estágio. Dentre as matérias estão diversos segmentos do direito, uso correto de armas de fogo, psicologia, estatística, educação física, direitos humanos e policiamento comunitário, além de técnicas de salvamento e prevenção de incêndios para os bombeiros. Em setembro de 2012, o Governo do Paraná inaugurou a primeira Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP) do interior do Estado, em Maringá. A escola é uma extensão da Academia do Guatupê e propicia a formação de policiais para atuar no interior do Paraná.

- **Operações sistemáticas** - Deflagração de operações sistemáticas. Ações planejadas para combater vários tipos de crime, principalmente o tráfico de drogas, com prisões e apreensão de drogas.¹³

- **Boletim eletrônico** - Para facilitar o serviço à população, o Governo do Estado implantou, em 2011, o sistema de boletim de ocorrências eletrônico, possível pela Delegacia Eletrônica. Por meio do site <www.delegaciaeletronica.pr.gov.br> o cidadão pode registrar perda ou furto de documentos, veículos ou objetos. O sistema ainda registra denúncias anônimas e informa sobre o andamento de investigações. Além disso, pelo site do Boletim de Acidentes de Trânsito Eletrônico Unificado (Bateu) – <www.bateu.pr.gov.br> – é possível registrar acidentes de trânsito sem vítimas em todo o território paranaense. Esse sistema eletrônico implantado pelo

¹³ **Operação Nhapecani:** Feita pela Polícia Militar para apreensão de drogas e armas, em rodovias e divisas com outros estados. **Operação Liberdade:** É uma ação específica da Polícia Civil para tirar traficantes e outros criminosos das ruas, em um período concentrado, em todo o Paraná, com o cumprimento de mandados de prisão. **Operação Ágata:** As polícias do Paraná participam da operação, em parceria com o Exército Brasileiro para coibir a entrada de drogas pelas regiões de fronteira. **Operação Cinturão:** Funciona nos mesmos moldes da Operação Liberdade, mas atua diretamente na Região Metropolitana de Curitiba. Contra homicidas e traficantes, principalmente. Também da Polícia Civil. **Operação Fronteira Blindada:** Grandes apreensões de drogas, na região de fronteira.

Governo do Estado também possibilita economia aos cofres públicos, evitando deslocamento de policial ao local do acidente e dos motoristas a unidades da Polícia Militar.

- **Cinturão de proteção na fronteira** – O Paraná conta com um plano específico de segurança pública para a região de fronteira, por causa das particularidades e proximidade com países que são grandes produtores de drogas. Com sede em Marechal Cândido Rondon, o Batalhão de Polícia da Fronteira (BPFron) foi criado em julho de 2012 e tem ações focadas no combate a crimes de fronteira, como contrabando, tráfico de drogas e de pessoas. Os policiais recebem treinamento específico para atuar de forma ordenada nos 139 municípios de faixa de fronteira. O efetivo está sendo ampliado de forma gradual. Em 2013, o BPFron anunciou o início das atividades do Pelotão Cobra, subordinado ao Batalhão e voltado para a repressão de atividades ilícitas pela água, como ao longo do Lago de Itaipu. Também foi fortalecido o Comando Regional da PM em Cascavel e criado o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), unindo forças de segurança estaduais, municipais e federais – além de representantes de autoridades da segurança pública do Paraguai e da Argentina - em ações e operações conjuntas no combate à criminalidade.

- **Bases interiorizadas do Grupamento Aeropolicial e Resgate Aéreo** – O Paraná conta com bases do Graer em Curitiba, Londrina e Guarapuava, que atendem a ocorrências em todo o Estado, sempre que necessário, seja para transporte de vítimas, transferência de pacientes ou transporte de órgãos, além do patrulhamento aéreo e auxílio em operações policiais.

- **Modernização da polícia científica** – Os trabalhos da Polícia Científica do Paraná foram fortalecidos com a nomeação, em abril de 2013, de um diretor-geral para a instituição, responsável por estabelecer procedimentos padrão de trabalho tanto para o Instituto de Criminalística como para o Instituto Médico-Legal. Foram modernizados os dois Institutos, com aquisição de equipamentos com alta tecnologia, permitindo maior agilidade no atendimento ao cidadão e na emissão de laudos e demais documentos. No início de 2011, entraram em funcionamento as novas unidades do IML de Toledo, Paranavaí e União da Vitória. Em Paranaguá, a nova sede também foi inaugurada. As unidades do IML de Maringá, Curitiba e Londrina

estão em obras. Londrina, Curitiba e Maringá também receberão novas sedes da Criminalística. A Polícia Científica recebeu reforço de novas viaturas e está colocando em funcionamento o primeiro Banco de Dados de Perfil Genético de Criminosos do País.

- **Fortalecimento dos conselhos comunitários de segurança** – O Paraná conta atualmente com 140 Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg). O trabalho dos conselhos é garantir um espaço para as comunidades buscarem estratégias e ações para reduzir os problemas de segurança pública juntamente com as polícias. Os Conseg trabalham de forma integrada com as polícias e promovem reuniões públicas periódicas para discutir as reivindicações e para que se mostre o trabalho que vem sendo desenvolvido em cada localidade, além de palestras diversas com foco na prevenção dos crimes. Todos os Conseg são apoiados pela Secretaria da Segurança Pública, por meio da Ceconseg. Dentre outras atividades, a coordenação promove em conjunto com os Conseg campanhas diversas, palestras, reuniões, congressos e incentiva-os através do repasse de informações e fatos positivos, para implantação em outros.

- **Unidade Paraná Seguro** – As Unidades Paraná Seguro (UPS) integram um novo conceito de trabalhar a Segurança Pública no Estado. As bases de policiamento comunitário estão sendo instaladas em localidades com alta taxa de tráfico de drogas e homicídios, seguindo critérios técnicos e estatísticas de criminalidade que são acompanhadas diariamente pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape) da Secretaria da Segurança Pública. O conceito de UPS é de uma polícia comunitária, próxima dos cidadãos, para que se estabeleça uma relação de confiança, pela qual os moradores conhecem os policiais que fazem parte do patrulhamento permanente na área. Dessa forma, é possível um resgate e revitalização da vida comunitária, muito mais que apenas um projeto de polícia. A instalação de uma UPS é precedida de um trabalho de inteligência policial, que identifica e prende traficantes, homicidas e demais criminosos. Em seguida, ocorre a chamada ação de congelamento, que é quando um grande contingente policial chega ao bairro. A fase seguinte é a instalação propriamente dita, com efetivo policial permanente, aliada à oferta de serviços públicos. O sucesso de uma iniciativa como

essa depende fundamentalmente da parceria entre o governo do Estado e o poder municipal, para garantir políticas públicas que mudem efetivamente o cenário local. Isso inclui, da parte do município, melhorias no asfalto, limpeza urbana, recuperação de espaços degradados de lazer, como as praças, implantação de escolas municipais e outros serviços que colaborem com a mudança no cenário local. A UPS garante condições para que as políticas públicas possam ser executadas. Já são catorze UPS instaladas no Paraná: dez na capital do Estado, duas na Região Metropolitana de Curitiba (Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais) e duas no interior do Estado (Cascavel e Londrina). Em uma segunda fase, que já começou, o governo do Estado, com a coordenação da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, desenvolve um programa voltado para a cidadania e a reinserção social nas áreas onde estão instaladas as UPS. A proposta é integrar ações de várias secretarias e órgãos do governo para levar às comunidades que abrigam UPS atividades e programas nas áreas de educação, esporte, cultura, saúde, trabalho e emprego, entre outras. As prioridades serão discutidas com as comunidades, de forma a definir ações adequadas às necessidades e à realidade de cada região.

- **Proteção à criança e ao adolescente** – Polícias civil e militar realizam periodicamente campanhas educativas de sensibilização e orientação para a não violência, além dos programas de prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes voltadas especificamente para essa faixa etária. Um exemplo é o Proerd, pelo qual a PM se insere na comunidade escolar, trabalhando principalmente informações sobre os malefícios causados pelas drogas e contra a violência. Além de mudanças imediatas no comportamento dos alunos, relatadas pelos policiais, o Proerd trabalha com a filosofia de mudança de uma cultura, para atingir resultados a médio e longo prazo. Ainda nas escolas é desenvolvido o trabalho do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, que verifica de perto a realidade dos jovens nas escolas. Depois de atos de incivilidade, ocorrências relativas ao uso de drogas são as mais registradas nos colégios. Junto com essas iniciativas, policiais voluntários formaram a banda Pop Prevenção. Para tornar o assunto mais interessante e atraente ao público, eles montaram uma banda de pop rock que faz uma espécie de “palestra musical” nas escolas, integrando os trabalhos do Proerd. Há, também, fiscalização de hotéis,

motéis, bares e festas, com atuação da Ação Integrada de Fiscalização Urbana (Aifu), que reúne representantes das polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e órgãos municipais. E, nas Delegacias da Mulher, as jovens recebem orientações sempre que necessário, além do atendimento às ocorrências, tendo em vista que grande parte da violência contra mulher ocorre com aquelas de faixa etária mais jovem. Outra iniciativa que é levada a todo o Paraná envolve ações de policiais civis do Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação (Cape) da Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc). Além do intenso trabalho de repressão e de apreensão de drogas, policiais civis da Denarc desenvolvem um projeto educativo, em parceria com escolas de todo o Paraná, para alertar sobre as consequências do uso de drogas. Além das palestras, o Cape da Denarc mantém em Curitiba o Museu Elias Abrahão, também conhecido como Museu da Droga, que integra as ações de educação e prevenção às drogas. A Secretaria da Segurança Pública também mantém o projeto de atualização e envelhecimento das fotografias de crianças ainda desaparecidas, com divulgação na mídia. Já o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria) tem importante papel nas investigações relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes, como crime sexual ou violência doméstica. É um grande parceiro e também combativo em todos os tipos de crimes contra vítimas nessas fases da vida. Em Curitiba, o Nucria e o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) foram instalados em uma nova sede, no bairro Campina do Siqueira, ficando com estrutura mais adequada que permite às equipes mais privacidade no atendimento as famílias, bem como a garantia de integridade e a proteção de crianças. O Nucria trabalha em parceria com psicólogos para atender as crianças vítimas de crime. A intenção é ampliar o serviço e ampliar unidades do Nucria em outras cidades do interior do Estado.

- **Proteção à mulher** – O Governo do Paraná estruturou a criação da Coordenadoria das Delegacias da Mulher (Codem) no Paraná, com o objetivo de sistematizar as dezoito delegacias especializadas da Mulher que estão em atividade no Estado. Demonstrando atenção ao combate a esse tipo de crime, a Polícia Civil deflagrou, em 2012, a Operação Marias, para cumprir mandados de prisão contra agressores de mulheres. Os trabalhos da Segurança Pública incluem a padronização

de procedimentos nas unidades especializadas em atendimento à mulher vítima de violência e a intenção de implantar Delegacias da Mulher em todas as Subdivisões do Estado e Delegacias da Região Metropolitana de Curitiba, conforme índice de violência contra a mulher. Na área da Polícia Científica, os esforços são para proporcionar atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual. Em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, o programa já está implantado em Curitiba e Foz do Iguaçu, e em expansão para outras unidades. Uma equipe do IML se desloca até a unidade de saúde ou hospital para fazer o exame.

- **Pioneirismo no sistema biométrico** – O Paraná é o primeiro estado brasileiro a utilizar o sistema biométrico de forma unificada e integrada entre órgãos públicos. O processo foi desenvolvido em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) e integra inicialmente os dados registrados pelo Instituto de Identificação do Paraná (IIPR) com informações do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran). O objetivo é que as informações existentes no banco de dados do IIPR possam ser utilizadas para facilitar o acesso da população aos serviços disponibilizados pelo Estado, como unidades escolares, polícias, bombeiros, hospitais, Defesa Civil, entre outros. Já foram implantados Postos de Identificação em parceria com o Detran, disponibilizando em um mesmo ambiente vários serviços, o que facilita a emissão de documentos para o cidadão que recorre a estes órgãos. No Detran, a biometria é utilizada nos processos de primeira habilitação; renovação de Carteira Nacional de Habilitação (CNH); mudança de categoria; cursos de reciclagem; exames práticos e teóricos, além dos Centros de Formação de Condutores e clínicas médicas credenciadas. A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos também conta com acesso às informações para o controle dos detentos. As informações que integram esse banco de dados contribuem para a unificação do sistema prisional com o *Business Intelligence* (BI). A parceria também inclui a confecção de carteiras de identidade para os detentos do sistema prisional.

4. BOAS PRÁTICAS NOS MUNICÍPIOS

Da mesma forma que em relação aos Estados, apontaremos alguns programas e ações considerados boas práticas levados a efeito em diversos

Municípios do Estado de São Paulo, exemplificadamente, sabendo-se que há vários Municípios de outros Estados com iniciativas similares, mas não suficientemente divulgados.

4.1 Município de Assis

- **Projeto Trânsito Seguro** – Em abril de 2008, a Câmara Municipal de Assis reuniu um grupo de pessoas, provenientes de vários órgãos públicos, escolas e diversos segmentos da sociedade, para a formação de um Fórum de Debates sobre os problemas de trânsito de Assis. Desse fórum participaram pessoas ligadas à educação, a polícia militar, por intermédio da 1ª Cia do 32º BPM/I, o corpo de bombeiros e órgãos de trânsito. Por meio dessa iniciativa decidiu-se realizar uma grande campanha educativa na área de trânsito com o intuito de conscientizar toda a população, em especial o público jovem.

4.2 Município de Bauru

- **Jovens Construindo a Cidadania (JCC)** – Esse programa foi criado em 1999, nos Estados Unidos, e apresentado pela primeira vez na cidade de Bauru, com o Brasil sendo o primeiro país da América Latina a adotar esse projeto. Essa prática é uma iniciativa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e atualmente funciona em mais de 220 escolas de todo Brasil. A meta principal proposta por essa prática é a de criar um ambiente escolar livre de drogas e violência, através de ações e mudanças comportamentais que são desencadeadas por um grupo de alunos que atuam dentro da escola, sempre com a supervisão dos professores e a orientação de um policial militar ou colaborador.

4.3 Município de Diadema

O Plano Municipal de Segurança de Diadema será analisado mais detidamente, a título de demonstrar, com exemplos documentados, como uma gestão eficaz, com ampla participação da sociedade, tende a ser duradoura e gerar resultados positivos para a população.¹⁴

¹⁴ Instituto Sou da Paz. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/iii_plano_municipal_de_seguran_a_p_blica_de_diadema_final.pdf>. Acesso em 30 maio 2016.

Em agosto de 2001 foi lançado o III Plano Municipal de Segurança de Diadema pela Secretaria de Defesa Social/Prefeitura Municipal de Diadema, em parceria com o Instituto Sou da Paz. A trajetória bem sucedida no controle da violência e na melhoria da segurança pública envolveu ativamente a sociedade civil, a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Governo Estadual (por meio de suas Polícias Civil e Militar, Poder Judiciário e o Centro de Detenção Provisória) e o Governo Federal (por meio do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública). A iniciativa fez com que o Município deixasse de ser o mais violento do estado de São Paulo, ficando em 50º lugar no ranking paulista das cidades com mais homicídios no primeiro semestre de 2011. Para atingir esse patamar, o poder público assumiu a segurança pública como um dos temas prioritários na agenda municipal, criando a Secretaria de Defesa Social, órgão responsável pela implantação da política pública de segurança.¹⁵ Há mais de 10 anos a cidade conta com uma Guarda Civil Municipal, que dispõe de Ouvidoria e Corregedoria. Conta também com um Conselho Municipal de Segurança (Comusp) e um Gabinete de Gestão Integrado de Segurança Municipal (GGIM), órgãos essenciais para a implementação integral de uma política municipal de segurança pública. Diadema foi o município pioneiro na regulamentação do horário de funcionamento de bares, por meio da Lei de Fechamento de Bares e Similares e que hoje está consolidado no Programa Diadema Legal. Em julho de 2010 foi criada a Operação Integrada de Fiscalização que acontece nos finais de semana e feriados com a participação de diferentes órgãos municipais e estaduais. Sua atuação é voltada para, além do fechamento de bares, três focos prioritários: controle do barulho, dos pancadões (festas de rua) e da venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. Outras importantes conquistas foram a implantação do Centro de Videomonitoramento e a execução dos projetos Mulheres da Paz e Protejo.¹⁶ Entre 2004 e 2005 Diadema recolheu cerca de 1.600 armas na Campanha de Entrega Voluntária de Armas. Outras medidas foram adotadas buscando a prevenção da violência, como o Projeto Adolescente Aprendiz e o Programa Saúde em Casa. Informações sobre violência

¹⁵ A última pesquisa básica sobre informações municipais, realizada pelo IBGE, a MUNIC2009, indica que dos mais de 5000 municípios do país, apenas 13,5% possuem secretaria de segurança pública.

¹⁶ Essas iniciativas estão previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), instituído pela Lei federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

doméstica são coletadas na Casa Beth Lobo e nos boletins de ocorrência analisados pelo Observatório Municipal de Segurança. Outro aspecto importante é que Diadema encontra-se no 133º lugar no ranking dos 266 municípios classificados no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência.

Os principais desafios e propostas, em andamento e a executar, que possibilitaram a redução da violência são as seguintes:

- Desafio 1. Envolvimento de adolescentes e jovens em situações de risco e de violência - Desafio 1.1. “Pancadões” e uso abusivo de álcool e outras drogas. Propostas: - Redução da oferta de álcool e outras drogas, no âmbito do Plano Municipal de Enfrentamento ao Crack e outras drogas; - Promover prevenção com cultura. - Desafio 1.2. Necessidade de aprimorar as medidas sócio-educativas em meio aberto. Propostas: - Sensibilizar as escolas (estaduais, principalmente) e formar os profissionais para trabalhar com adolescentes cumprindo medida socioeducativa. - Desenvolver estratégias para envolver as famílias nas atividades de acompanhamento dos adolescentes em medida socioeducativa. - Oferecer cursos profissionalizantes que atendam aos interesses dos adolescentes em medida socioeducativa. - Sensibilizar e envolver o empresariado de Diadema na oferta de emprego aos adolescentes em medida socioeducativa. - Desenvolver e implementar o “Adolescente Aprendiz” para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

- Desafio 2. Aprimorar a Gestão e Manutenção dos Espaços públicos. Propostas: - Eleger um espaço público (quadra, praça ou outro) em cada uma das 13 regiões da cidade para implantar um conjunto de atividades comunitárias de prevenção da violência com a participação dos moradores e instituir coordenadores comunitários desses espaços. Início pela Praça da Moça. - Manter as praças (inclusive as pequenas) e parques da cidade limpos, iluminados e com árvores podadas.

- Desafio 3. Prevenir a violência nas escolas. Propostas: - Ampliar o programa de aproximação entre a escola e a comunidade, a partir da promoção de atividades nas escolas aos finais de semana, tornando a escola também um espaço de lazer que seja referência para a comunidade. - Formar os profissionais da educação para lidarem com as situações de conflitos nas escolas. - Implantar a mediação de conflitos nas escolas. - Reforçar as rondas escolares, tanto da GCM quanto da PM, e

integrá-las, de forma que nenhuma escola da cidade fique descoberta. - Retomar o Programa da GCM Educando para a Vida. - Fortalecer o modelo de Gestão Democrática implementado nas escolas municipais, por meio dos Conselhos de Escolas, dos Grêmios Estudantis e da eleição de diretores pela comunidade escolar.

- Desafio 4. Aprimorar o atendimento à violência doméstica.

Propostas: - Institucionalizar um protocolo de atendimento a ser seguido por todos os membros da Rede que atende a violência doméstica em Diadema. - Sensibilizar e capacitar os profissionais da Rede que atende a violência doméstica em Diadema. - Oferta do serviço de Mediação de Conflitos especializado para casais. - Criar serviço de atendimento ao agressor. - Comprar e instalar no IML equipamento adequado ao atendimento à mulher vítima de violência. - Ampliar o horário de funcionamento da DDM. - Aumentar o número de delegadas na DDM, ampliar o quadro de funcionários com profissionais especializados, como por exemplo, uma psicóloga investigativa. - Ampliar o espaço da DDM com salas de escuta individuais e sigilosas. - Aumentar o número de psicólogos da Casa Beth Lobo. - Ter na Casa Beth Lobo um advogado por 30 horas semanais para orientar as causas criminais e cíveis. - Ampliar o atendimento da Casa Beth Lobo com foco na prevenção: projetos de moradia e inserção no mercado de trabalho. - Oferecer segurança às Casas Abrigos de Mulheres Vítimas da Violência Doméstica (que atendem em âmbito regional no ABCD) por meio da alocação de 20 guardas femininas.

- Desafio 5. Intensificar a redução dos crimes contra vida. Propostas:

- Atingir a taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes em 2012. - Atingir progressivamente a taxa de homicídio de um dígito nos próximos 5 anos. - Aumentar o índice de esclarecimentos dos crimes com intenção de matar e com resultado morte em Diadema (homicídios, latrocínios e tentativas de homicídios). - Intensificar a troca de informações criminais entre as polícias e entre estas e o Observatório Municipal de Segurança. - Retirar armas de fogo de circulação, por meio da Campanha de Entrega Voluntária de Armas e da realização de blitzes policiais direcionadas à apreensão de armas. - Realizar a campanha de desarmamento infantil. - Apoiar os familiares das vítimas de violência fatal com orientação social, psicológica e jurídica.

- Desafio 6. Reduzir os crimes contra o patrimônio. Propostas: - Alocar efetivo existente (PM, PC e GCM) segundo os locais de maior concentração de roubos. - Realizar uma força tarefa para investigar e esclarecer os casos mais graves de crimes contra o 18 patrimônio. - Retomar o Programa da GCM, Anjos do Quarteirão (base móvel) nos locais críticos. - Fiscalizar e mapear os receptadores de produtos de crimes. - Realizar blitzes integradas para fiscalizar motos e veículos nas áreas vulneráveis a criminalidade. - Fornecer dicas de segurança para a população.

- Desafio 7. Melhorar a relação das forças de segurança com a comunidade.¹⁷ Propostas: - Aumentar o efetivo policial (PM, PC, GCM) com qualidade, para atingir o patamar sugerido pela ONU de 1 policial em atividade para cada grupo de 300 habitantes. - Criar quatro bases comunitárias do PAC Segurança. - Divulgar os canais de denúncia (Corregedorias, Ouvidorias e outros). - Integrar os profissionais da área de segurança com a comunidade (Proerd, Clubinho da Guarda, Educando para a Vida, Desarmamento Infantil). - Abrir os 2º e 4º Distritos Policiais aos finais de semana (condicionado ao aumento do efetivo). - Fiscalizar e apreender as máquinas caça-níqueis. - Criar instrumento normativo visando a regularização de todos os bares e similares da cidade, fazendo constar aviso de proibição de jogos de azar nos alvarás de funcionamento a serem concedidos ou renovados. Os estabelecimentos com alvarás concedidos que desviarem sua finalidade econômica (colocar jogos de azar) terão a licença cassada e estabelecimento lacrado.

- Desafio 8. Aumentar a capacidade de gestão da política municipal de segurança pública. Propostas [no âmbito] Municipal: - Criar mais uma Equipe da Operação integrada de Fiscalização (totalizando duas). - Criar procedimentos e fluxo interno na Central de Atendimento visando à regularização de bares e Similares. - Ativar o Fundo Municipal de Segurança. A primeira ação do Fundo pode ser a "Atividade Delegada" em parceria com as Polícias Militar e Civil. - Criar o Fórum Municipal de Cultura de Paz e Prevenção de Violência visando desenvolver atividades de cultura de paz na cidade. Exemplos: capacitar de lideranças para prevenção ao uso de álcool e drogas e mediação de conflito na comunidade, realizar reuniões de

¹⁷ Interface com Polícia Militar e Civil.

segurança itinerantes e monitorar o III Plano. - Divulgar os serviços da SDS e outros de segurança pública e prevenção da violência por meio de mutirões de distribuição de materiais informativos. - Contratar os 18 guardas municipais aprovados em concurso em 2011, outros 50 em 2012 e mais 50 em 2013. - Adquirir 7 (sete) veículos novos para a Ronda Escolar da GCM. (Cinco com financiamento SENASP-MJ). - Reestruturar as sedes da PM e SDS/GCM. Ações Integradas no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Grande ABCD: - Implantar Projeto de Comunicação Integrada entre as guardas municipais por meio de HTs (PRONASCI - MJ). - Implantar o Centro Integrado de Formação da GCMs. - Implantar sistema Integrado de Portais Eletrônicos e de Videomonitoramento. - Acessar o sistema INFOSEG, de sistematização de informações sobre a segurança pública no Governo federal.

4.4 Município de Marília¹⁸

- Iniciativa de soldado se transforma em projeto social da Polícia Militar em Marília – O projeto “Andanças” adotado pela 3ª Companhia da PM está sendo realizado há sete anos e já levou mais de 70 oficiais voluntários aos encontros que ocorrem em datas especiais como a Páscoa, Dia das Mães e Natal. A banda da Polícia Militar sempre abre os eventos, com o apoio da Fundação Mariliense de Recuperação Social (Fumares). O projeto demonstra que iniciativas individuais, como essa, do soldado Reginaldo dos Santos Batista, podem adquirir significativo apelo junto à sociedade e transformar todo um ambiente social conturbado.

- Visita Programada a Residências e Condomínios – Objetiva reduzir os indicadores criminais de furtos qualificados e orientar a população com relação as medidas de segurança para se evitar que os crimes contra o patrimônio aconteçam em Marília, mediante atuação da Base Comunitária de Segurança. O programa consiste em um atendimento personalizado da comunidade, que recebe dicas e orientações quanto a segurança patrimonial e pessoal, além de promover uma interação entre o cidadão e a polícia, premissa relevante para o fortalecimento do policiamento comunitário.

¹⁸ Boas práticas em Marília e região. Disponível em <<http://www.observatoriodeseguranca.org/boas+praticas/marilia>>. Acesso em 30 maio 2016.

- **Associação de Proteção e Assistência à Cidadania de Marília (Apac)** – Juntamente com a direção técnica do Centro de Ressocialização (CR) de Marília, inaugurada em 2001, e Apac, participam do projeto 26 empresas conveniadas com a associação e nos mais variados ramos, da agricultura à indústria, comércio e serviços. A maioria dos presidiários recebe salário mínimo e em empresas que se especializaram na contratação deste tipo de mão-de-obra. As empresas funcionam dentro e ao lado do CR. O programa 'Oficina do Futuro' visa o desenvolvimento cultural e profissional através de cursos em parceria como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Secretaria do Bem Estar de Garça, Serviço Nacional da Indústria (Senai) e Apac. Em alguns casos, os cursos profissionalizantes são estendidos também para a família do reeducando.

- **Associações de bairros** – Essas associações elaboram e disponibilizam projetos de aulas inglês e informática, práticas de esportes, cursos de culinária e artesanato e outros. Os projetos são desenvolvidos por voluntários com dificuldades financeiras para as estruturas de realização das atividades, materiais e disponibilidade de voluntários.

- **Renascer** – Instituído em 1998, o projeto Renascer está sendo desenvolvido no Município com os adolescentes ligados à Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem). Trata-se de um projeto com a coordenação de vários profissionais que acompanham e desenvolvem ações socioeducativas para os adolescentes. Uma dessas ações é a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de Marília, que disponibiliza seus profissionais para palestras com esse público.

- **Vida Nova** – Criado em 1997, esse projeto é mantido pela Prefeitura de Marília e da comunidade em geral. O projeto trabalha na recuperação de pessoas dependentes de drogas e álcool, os internos do projeto possuem aulas de pintura e pirografia, com a instalação de uma padaria como atividade e para próprio sustento.

- **Corujinha** – O 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior (9º BPM/I) desenvolveu em sua sede a Escola de Futebol Corujinha, com o intuito da realização da prática do esporte a crianças e adolescentes, os policiais militares voluntários

participam como instrutores. Esse projeto é divulgado como um programa de prevenção primária, sendo fornecido para a população de baixa renda. Um dos requisitos para a participação na escolinha é a frequência escolar. Criado em 2001, no projeto constam 150 meninos (2005).

- **Faça uma Criança Feliz** – Desde 2000 o 9º BPM/I arrecada brinquedos usados para a distribuição no Dia das crianças. Inicialmente essa ação era desenvolvida apenas na cidade de Marília, mas vem se expandindo para outras cidades da região. Dessa prática participam equipes de voluntários, civis, policiais militares que realizam a entrega dos brinquedos em entidades assistenciais e comunidades carentes, diretamente às crianças.

4.5 Município de São Paulo

- **Cidadania ao alcance de todos** – Objetiva proporcionar à comunidade carente do bairro de Jardim das Pedras, no Município de São Paulo, representadas, para este fim, pelas crianças até doze anos, suas respectivas mães e familiares, oportunidades de aprendizados e integração social, através de atividades direcionadas para o desenvolvimento motor e intelectual dessas crianças. Promove a integração entre a comunidade e a polícia militar, buscando o despertar de uma nova consciência e cidadania, proporcionando palestras e dinâmicas de grupo e uma convivência social saudável que estimule o respeito pela ordem, o crescimento pessoal e espiritual.

- **Espaço Comunitário do Heliópolis** – Transformou uma carceragem lotada de criminosos em um local para jovens usufruírem como meio de aprendizagem através da leitura, informática e aulas de idiomas, o Espaço Comunitário Cultural de Heliópolis, no Município de São Paulo, que atende aproximadamente seiscentos alunos das escolas da região.

- **Grêmios em Forma** – Os conflitos existentes na escola, em áreas de risco (Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz) de implantação do projeto apresentam os mais altos índices de violência e criminalidade do Município de São Paulo, particularmente em relação aos jovens. O objetivo central do programa é estimular e contribuir para a criação de grêmios estudantis, com vários objetivos específicos de projeção da cidadania.

- **Prêmio Polícia Cidadã** – Existem cerca de 125 mil policiais em todo o Estado de São Paulo e esses profissionais enfrentam, todos os dias, inúmeras batalhas e a maior delas é superar os preconceitos que a sociedade tem com relação à Polícia; não faltam nos jornais casos de corrupção, tortura e outros abusos envolvendo policiais, sendo esses casos exceções, mas para a população em geral, fica a sensação de que todo o efetivo das Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica age dessa maneira. O Prêmio Polícia Cidadã tem por objetivo premiar policiais que, ante um problema de segurança pública, foram capazes de solucioná-lo de modo eficaz e pautado pela legalidade, na perspectiva de redução da violência e da criminalidade no Município de São Paulo, valorizando o bom policial, lembrando as pessoas que os policiais violentos e corruptos são exceção.

- **Escola de esportes da 2ª CIA do 21º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano** – Superando o paradigma das tradicionais técnicas e táticas de policiamento preventivo e repressivo aos delitos, no sentido de prevenir a delinquência pelo trabalho com crianças, em janeiro de 2004, a 2ª Cia do 21º BPM/M, da Vila Ivone, no Município de São Paulo, resolveu adotar uma Medida de Prevenção Primária de Delitos, que foi a montagem de uma Escola de Esportes na sede do quartel, a fim de trabalhar com crianças de 5 a 13 anos de idade, tirando-as das ruas, da ociosidade e de ficarem à mercê de pessoas mal intencionadas, sempre com o objetivo de proporcionar treinamento e educação ao nosso futuro cidadão.

- **Feira do Livro** – O principal objetivo é reforçar ainda mais o relacionamento com as comunidades da área de atuação do 9º Distrito Policial, do Município de São Paulo, que abrange os bairros do Carandiru, Santana, Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Paiva, Parada Inglesa, Vila Izolina Mazzei e Jardim São Paulo. A Feira do Livro é um dos eventos cívicos, culturais e de lazer promovidos pelo distrito, que paralelamente oferece vários serviços de forma concentrada.

4.6 Município de Sorocaba

- **O policial que entende você (Língua Brasileira de Sinais – Libras)** – Visa a atender cerca de 5 mil e 7,5 mil deficientes auditivos em Sorocaba.¹⁹ Existem no Brasil 5,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, segundo o censo de 2000, do IBGE. Dessas, mais de 406 mil estão em idade escolar. Pouco mais de 56 mil (13%), porém, estavam matriculadas na educação básica em 2003, conforme o último censo escolar (2004). No ensino médio, são dois mil estudantes e, nas universidades, 300. A linguagem de Libras só foi oficializada no Brasil com a edição da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Sem a Libras o aluno pode se concentrar apenas na leitura de lábios, o que ocasiona perda de 50% da mensagem. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), de cada mil crianças nascidas no país, 5,9% em média, apresentam algum tipo de deficiência auditiva, sendo esta a terceira deficiência mais comum no país. Consta que há, no Brasil cinco milhões de surdos, sendo quinhentos mil no Estado de São Paulo.

5. CONCLUSÃO

A título de conclusão, a seguir analisaremos ligeiramente dois artigos científicos que descrevem o processo de apropriação do conhecimento acerca da violência, assim como as limitações encontradas pelos gestores na administração dos órgãos de segurança pública no tratamento adequado dos dados para fins de planejamento das ações, dadas as especificidades locais e estereótipos que envolvem a segurança pública.

Em seguida daremos rápida descrição de dois repositórios que tratam particularmente das boas práticas em segurança pública, envolvendo a participação democrática.

Barômetro da Violência e da Segurança na Cidade do Recife

Um deles trata-se do artigo 'Barômetro da Violência e da Segurança na Cidade do Recife', no qual Nóbrega (2008) realiza um diagnóstico da violência na

¹⁹ Conforme o documento consultado há uma fonte de estatística do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) segundo o qual em cada bairro, cidade e Estado há uma estimativa que de 1 a 1,5% da população do local possui alguma deficiência auditiva.

capital pernambucana, constatando que “cerca de 74% deles avaliam a situação da segurança na cidade como ruim ou péssima e 78% opina que a violência vem aumentando, conforme pesquisa realizada pelo IPESPE (Instituto de Pesquisa Econômica e Social de Pernambuco)”. Segundo o autor, citando Cerqueira²⁰ “os homicídios no Brasil vem tendo um incremento percentual de aproximadamente 5,6% anuais desde o início da década de 1980”, acrescentando que “desde 1996, pelo menos, Recife vem apontando como a capital mais violenta do país”. Aduz que “reformas nas instituições, contratações de funcionários via concurso público e maior visibilidade punitiva poderia levar a mudanças culturais”.

Em seguida faz referência ao trabalho de Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007), nos seguintes termos:

Ponto de destaque é o método comparativo entre diversas políticas de segurança pública em alguns contextos internacionais e a tentativa de derrubar alguns mitos do senso comum, alguns deles: **segurança pública é caso de polícia; o problema é social, a polícia só pode enxugar gelo; o problema é meramente de falta de recursos, com mais dinheiro os problemas serão resolvidos e com o crescimento econômico o problema será resolvido** são alguns pontos levantados (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007: p.143). [sem destaque no original]

Citando Saporì (2008), o autor afirma:

Confrontando diversos modelos de gestão de segurança, o autor aponta sucessos e insucessos desses planos executados em contextos variados, dando destaque para os casos de Nova Iorque e **Bogotá**. Para esta cidade são apontados **modelos de gestão** e de aplicação de **políticas preventivas** em paralelo a **políticas repressivas** como fazendo parte do sucesso da queda dos homicídios naquela cidade colombiana. **Controle do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de armas de fogo, recuperação de espaços urbanos deteriorados, estímulo à participação comunitária, fortalecimento da polícia, ampliação das carceragens municipais, prevenção da violência doméstica e implantação de mecanismos alternativos para**

²⁰ CERQUEIRA, Daniel. **A quem interessa a segurança pública no Brasil?** in (In)segurança Pública e a Ordem Social. Jorge Zaverucha, Adriano Oliveira e Armando Nascimento (Orgs.). Recife: Editora UFPE, 2007.

resolução de conflitos seriam pontos dessas políticas (Sapori, 2008).²¹ [sem destaque no original]

Em seguida, traz informações importantes sobre como a associação de políticas e a sinergia proporcionada pelo somatório de medidas incrementais podem fazer a diferença na busca de soluções no âmbito segurança pública:

Goertzel e Khan (2008)²² apontaram para as **políticas públicas de segurança no estado de São Paulo** como base explicativa para a **redução dos homicídios** no maior e mais populoso estado da federação. Alguns pontos são importantes, dentre eles o papel da polícia que respondeu às taxas de crime ascendentes nos anos noventa com mudanças em sua cultura de administração semelhante aos instituídos na Cidade de Nova Iorque nos anos noventa. Deram prioridade ao **cadastramento de dados empíricos** e usaram isto para planejar e avaliar programas. Uma **rede de comunicações** de caráter intergovernamental foi estabelecida para **unir a polícia militar e civil**. Foram centrados em um sistema de informação geográfico, procurando o envio de unidades de policiamento as áreas mais críticas, sobretudo aquelas controladas por traficantes. Um **banco de dados** fora estabelecido com **fotografias** de mais de 300.000 criminosos. Painéis de comando de telefone foram fixados para **recebimento de reclamações de incidentes**, e uma rede de trabalho foi formulada para levar relatórios de roubos de veículos, documentos e telefones celulares. **Comunidade e polícia se reuniram em estações**, e uma **unidade de combate ao homicídio** foi organizada com ênfase em **resolver casos difíceis**. Uma **unidade especializada** foi organizada para prover ajuda encorajadora a **mulheres que foram vítimas de crimes sexuais**. Software de computador sofisticado uniu informações dos relatórios da polícia com registros de banco de dados, registros de telefone e áreas prováveis de residência. A polícia iniciou esforços mais agressivos para **remover armas de fogo ilegais** das ruas. [sem destaque no original]

Políticas de segurança pública no Brasil

Outro artigo, de Cano (2006), discorre sobre as tentativas de modernização das políticas de segurança pública no Brasil, lembrando que os Estados são os atores principais na área de segurança pública. Lembrando a dualidade policial,

²¹ SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**. Desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008

²² GORTZEL, Ted; KHAN, Túlio. **The Great São Paulo Homicide Drop**. Manuscrito. Barômetro da Violência e da Segurança na Cidade do Recife. Política Hoje, v. 17, n. 1, ano 2008.

sem o chamado 'ciclo completo', assevera que as políticas estaduais de segurança, destituídas de planejamento, objetivos e avaliação, são basicamente reativas e repressivas, mais que preventivas. Menciona as seguintes deficiências mais comuns para o efetivo provimento do serviço de segurança pública:

- falta de investimento suficiente, o que se traduz, entre outras coisas, por baixos salários para os escalões inferiores das polícias. Esses salários obrigam os agentes a trabalharem em outros empregos, geralmente em segurança privada, gerando altos níveis de estresse e a tendência de privatização da segurança pública;

- formação deficiente dos agentes policiais, sobretudo nos níveis hierárquicos inferiores;

- herança autoritária: a polícia era um órgão de proteção do Estado e das elites que o dirigiam contra os cidadãos que representavam um perigo para o *status quo*, as chamadas 'classes perigosas';²³

- insistência no modelo da guerra como metáfora e como referência para as operações de segurança pública. Desse modo, o objetivo continua sendo, em muitos casos, o aniquilamento do "inimigo", freqüentemente sem reparar nos custos sociais;²⁴

- relações conflitivas com as comunidades pobres, sobretudo em lugares onde o crime organizado é forte;

- numerosos casos de corrupção policial, desde pequenos subornos para não aplicar multas de trânsito até proteção a traficantes.

Aponta, contudo, certas iniciativas de reformas modernizadoras, exemplificando as seguintes experiências:

- experiências de polícia comunitária em vários estados, em geral com resultados positivos, pelo menos em relação à imagem da polícia em suas relações com a comunidade;

- criação de Ouvidorias de Polícia em vários estados;

²³ O autor prescreve a transição do modelo de uma polícia de controle do cidadão para uma polícia de proteção das pessoas, recordando resquícios oligárquicos, como a prisão especial para as pessoas com formação universitária, a que acrescentaríamos o foro privilegiado para certos agentes políticos.

²⁴ Sendo fortemente militarizada em suas estruturas, doutrinas, formação, estratégia e táticas, segundo o autor, não é incomum aos abusos que se referem ao uso da força.

- uso de técnicas de geo-referenciamento para mapear as áreas e horários de maior incidência criminal, com a finalidade de dirigir o patrulhamento preventivo a esses pontos críticos;

- programas-piloto para reduzir a violência letal em áreas marginais com alta incidência de homicídios.²⁵

- avanços no tratamento da informação policial, através da informatização, racionalização e arquivo de denúncias e dados de inteligência.²⁶

- tentativas de integrar a atuação das polícias militar e civil.

Por fim o autor lamenta o modesto resultado de iniciativa levado a efeito por outros estados,

como Minas Gerais e Rio de Janeiro, instituíram áreas de segurança conjunta para as duas polícias, obrigando, dessa forma, que as jurisdições geográficas das duas instituições – batalhões da Polícia Militar e delegacias da Polícia Civil – coincidissem, pela primeira vez, na tentativa de promover um trabalho conjunto.

Dentre as iniciativas no tocante a políticas Municipais, Cano alude à importância da articulação intermunicipal diante do fenômeno do deslocamento criminal, que ocorre quando uma espécie de crime é reprimida “com maior intensidade em um determinado lugar, é comum que os criminosos se transfiram para outros lugares, mudem a forma de delito ou ataquem outro tipo de pessoas”. Exemplifica com o que ocorreu na implantação da ‘lei seca’ em Diadema. Menciona um exemplo de tentativa de coordenação intermunicipal, a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública na área metropolitana de São Paulo, que reúne secretários de segurança municipais e “representantes do governo estadual, para o planejamento de iniciativas conjuntas e a troca de experiências e informações”.²⁷

²⁵ O autor menciona especificamente o programa GPAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais) no Rio de Janeiro, aplicado pela primeira vez na favela Pavão-Pavãozinho-Cantagalo em 2000, e o ‘Fica Vivo’ em Belo Horizonte, fortemente associados à redução de homicídios.

²⁶ Lembra o estado do Rio de Janeiro, o programa Delegacia Legal, implantado no final dos anos 1990, e a informatização – e conseqüente perenidade – dos registros, assim como as resistências institucionais e a dificuldade de alterar algumas rotinas negativas, como os turnos de trabalho de 24 horas.

²⁷ Outra iniciativa foi a Câmara de Defesa Social do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife (Conderme), a partir do desenvolvimento do Programa Metropolitano de Segurança Urbana e Prevenção à Violência e Criminalidade naquela região, reunindo municípios, Governo do Estado e Governo Federal.

O autor recorda que particularmente no estado de São Paulo, são as secretarias municipais de segurança pública que caracterizam a instância local que gerem a temática, destacando a reestruturação da secretaria de Vitória, capital do Espírito Santo, assim como a criação de novos órgãos em Diadema, na Grande São Paulo. De Recife, aponta a criação de dois órgãos: o Conselho Municipal de Direitos Humanos e o Comitê de Promoção de Direitos Humanos e de Prevenção à Violência. Lembra que no Estado de Rio de Janeiro, o governo estadual determinou a criação de Conselhos Municipais de Segurança como uma das condições para financiar projetos municipais de segurança pública, o que resultou em poucas iniciativas, algumas tendo apresentado resultados diversos do esperado, como no Município de São Gonçalo, na Região Metropolitana de Rio de Janeiro.

Pensando a segurança pública

Compulsando a publicação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), cujo subtítulo é 'Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública', verificamos que várias boas práticas são aí analisadas com a profundidade que não é possível no presente estudo.

A título de exemplo dessas boas práticas e visando a orientar leituras mais específicas, reproduzimos os títulos dos trabalhos inseridos no sumário da publicação e seus respectivos autores (BRASIL, 2014):

- Fluxo das armas sob a custódia do Estado: análise comparativa entre Campo Grande (MS), Recife (PE) e Campinas (SP) – Marcelo Fragano Baird;
- Fluxo de registro de mortes violentas em uma perspectiva comparada: Recife, João Pessoa e São Paulo – Ludmila Ribeiro, Thandara Santos, Gilson Antunes e Vinícius Lima;
- Avaliação dos homicídios na área metropolitana de Brasília – Arthur Trindade Maranhão Costa, Analia Soria Batista, Bruno Amaral Machado, Cristina Zackseski e Maria Stela Grossi Porto;
- Projetos Protejo e Mulheres da Paz: a percepção dos participantes em Minas Gerais e Rio de Janeiro – Andréa Maria Silveira, Simone Maria dos Santos, Frederico Couto Marinho, Cintia Lopes de Barros dos Santos e Maria Cecília de Oliveira Rosa;

- Protejo e Mulheres da Paz: experiência de ação preventiva na segurança pública – Francisco Horácio da Silva Frota, Maria Helena de Paula Frota, Maria Andrea Luz da Silva, José Arima Rocha e Lúcia Maria Bertini;

- Avaliação de resultados na Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp – Renato Sérgio de Lima, Flávia Carbonari, Laís Figueiredo e Patricia Pröglhöf;

- Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares – Nalayne Mendonça Pinto, Haydée Caruso, Luciane Patrício, Elizabete Ribeiro Albernaz e Vanessa de Amorin Cortes.

Instituições participativas no âmbito da segurança pública

Sob o ponto de vista da participação democrática, importante obra é a epigrafada, que tem como subtítulo ‘programas impulsionados por instituições policiais’, organizado por Oliveira Júnior (BRASIL, 2016), a qual discorre de forma teórica e empírica sobre as instituições participativas (IP).

Similarmente ao subitem anterior, daremos a seguir a relação dos capítulos da obra com os respectivos autores, para eventual consulta direcionada:

- Instituições participativas e policiamento comunitário: referencial teórico e revisão da literatura – Letícia Godinho, Almir de Oliveira Júnior, Paula Poncioni e Samira Bueno;

- Policiamento comunitário e participação social em Minas Gerais: entre a narrativa oficial e a efetividade das reformas – Eduardo Cerqueira Batitucci, Letícia Godinho, Luania Ludmilla Castro e Larissa Peixoto Vale Gomes;

- Excluir para legitimar: a disputa dos significados da segurança pública nas políticas de participação em São Paulo – Samira Bueno, Roberta Corradi Astolfi, Ana Carolina Guerra Alves Pekny e Lucas Bernasconi Jardim;

- Instituições participativas na segurança pública do Rio de Janeiro – Paula Poncioni e Anderson Moraes de Castro e Silva;

- Segurança pública e participação social no Distrito Federal – Almir de Oliveira Júnior e Yacine Guellati.

Releva considerar, ainda, que outros programas, ações e projetos existem nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e mesmo a nível nacional, que podem ser enquadrados como boas práticas, os quais, porém, não foram analisados neste estudo, dada suas limitações de escopo.

Entre estes podem ser citados, em nível nacional, as tentativas de racionalização da gestão da segurança pública como o Plano Nacional de Segurança Pública lançado durante o Governo Fernando Henrique Cardoso e continuado no Governo Lula, além das diversas tentativas de se instituir um Sistema Nacional de Segurança Pública (SUSP). Posteriormente houve a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no âmbito do então Ministério da Justiça, assim como a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Mais tarde, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), foi instituído pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

A mencionada Renasp, administrada pela Senasp, o Plano Nacional de Redução de Homicídios (PNRH), de caráter propositivo, além de programas como o 'Crack, é possível vencer', buscaram atuar de forma preventiva de capacitação e prevenção da criminalidade. O Pronasci foi abandonado, infelizmente, e quanto ao fundo (FNSP) nem sempre os Estados e Municípios apresentam projetos condizentes com sua finalidade, havendo, ainda, as limitações atinentes aos contingenciamentos de recursos e à seletividade das aprovações, a cargo exclusivo do governo federal.

No âmbito estadual outros programas de destaque voltados para a segurança pública ou com reflexos nela são: a de polícia interativa, do Espírito Santo; 'Fica Vivo' e Apac²⁸ em Minas Gerais; 'De braços abertos', em São Paulo; programas integrados de educação no Ceará e no Rio Grande do Sul; as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro; o Pacto por um Ceará Pacífico, no Ceará; e o de justiça restaurativa, principalmente no Distrito Federal, com participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Do exposto, conclui-se, finalmente, que há várias maneiras de se prover segurança pública com qualidade, desde que haja o envolvimento e

²⁸ Apac é a sigla da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. O programa Fica Vivo tem similar no Distrito Federal.

comprometimento dos agentes políticos e agentes públicos interessados. Assim, desde gestores, passando pelos executores das políticas públicas até agregar a necessária participação de vários segmentos da sociedade, é possível reduzir os índices de criminalidade, violência e desordem.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 1).

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra (ESG). **Manual Básico**, v. 1, Elementos fundamentais. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Ministério da Justiça. **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Org. Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Gustavo Camilo Baptista e Isabel Seixas de Figueiredo. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 4)

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Instituições participativas no âmbito da segurança pública**: programas impulsionados por instituições policiais. Org. Almir de Oliveira Júnior. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **Sur**. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 3, n. 5, São Paulo, dezembro 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452006000200007>>. Acesso em:

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio; MEIRELES, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. S/l, Instituto Brasileiro de Policiologia / Instituto Brasileiro de Segurança e Trânsito, s/d (*circa* 2003).

FILOCRE, Lincoln D'Aquino. **Direito de segurança pública**: limites jurídicos para políticas de segurança pública. Coimbra: Almedina, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida**: um novo modelo para segurança pública. Brasília, Fundação João Mangabeira, 2015.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Trad. apres. e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008. (Pensamento criminológico; 16).

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 80.

NÓBREGA, José Maria. Barômetro da Violência e da Segurança na Cidade do Recife. **Política Hoje**, v. 17, n. 1, ano 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/viewFile/11/13>>. Acesso em 30 maio 2016.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **O Pacto pela Vida de Eduardo Campos**: a história do programa que tirou Pernambuco do topo da lista de estados mais violentos do País. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2014.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. **O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Instituto Igarapé, ago 2014. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.